

62ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulheres
Discurso da Sra. Chefe da Delegação, Secretária Fátima Pelaes
CPLP
12 de março, 10h-13h

Senhoras e senhores,

É uma honra para o governo brasileiro dirigir-se, pela primeira vez, a Vossas Excelências, em nome da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, durante a abertura da Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas. É igualmente uma honra proferir este discurso em português, língua que irmana mais de 260 milhões de pessoas e tanto nos orgulha.

Ao longo de sua história, a CPLP logrou consolidar-se como foro privilegiado de diálogo político, de cooperação e de construção de consensos entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Reunidos em torno do idioma comum, partilhamos princípios e valores como a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

O empoderamento de mulheres e meninas rurais, tema prioritário dessa sessão da CSW, é um objetivo da mais alta importância para os países da CPLP. Compartilhamos a opinião de que a transversalização da temática de gênero é essencial para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, para erradicar a pobreza, a fome e a desnutrição, promover a segurança alimentar e nutricional, fortalecer as economias locais e regionais e consolidar a paz, o progresso e a justiça social.

Em outubro de 2017, realizamos, em Brasília, a V Reunião de Ministras e Autoridades Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP. Naquela ocasião, aprovamos a Declaração de Brasília e o Plano de Ação da CPLP 2017-2020 para a Igualdade de Gênero, documento de referência que reconhece as mulheres e meninas em toda a sua diversidade, incluindo as mulheres e meninas rurais como agentes e beneficiárias do desenvolvimento.

Nessa reunião, como forma de materializar o desejo generalizado de todos os Estados-membros de erradicar todas as formas de violência, foi ainda declarado 2018 como o

Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas, cujo lançamento oficial ocorrerá no decorrer desta CSW, confiantes que terá um impacto determinante não só na vida das próprias mulheres e meninas, como no desenvolvimento sustentável de nossas comunidades.

Recordamos também a Nova Visão Estratégica da CPLP aprovada na Décima Primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília, em 2016, que definiu os grandes objetivos da Organização até 2026 e que destacou o compromisso de reforçar a cooperação multilateral baseada na promoção de políticas direcionadas para a equidade, a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher.

As mulheres rurais de muitos de nossos países lidam com desafios comuns em diversos âmbitos. Enfrentam dificuldades legais e culturais de ter a posse e a titularidade da terra. Recursos naturais e produtivos, como acesso a água potável e a novas tecnologias, são escassos, e muitas vezes as condições de saúde, educação e trabalho são precárias no meio rural.

Para superar esses desafios, reconhecemos a importância da educação como meio essencial para a desconstrução dos estereótipos de gênero. Nesse sentido, precisamos investir na alfabetização de mulheres e meninas rurais, de modo a empoderá-las para que possam participar ativamente da construção da sociedade.

A dificuldade de acesso a registros de nascimento e documentos no meio rural é uma realidade que deve ser trabalhada, para que não se torne uma barreira ao exercício da cidadania plena por mulheres e meninas rurais. Reconhecemos a importância de promover o acesso à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres rurais, a fim de reduzir a mortalidade materna no campo.

Precisamos fortalecer ações que promovam o trabalho decente para mulheres rurais. É fundamental também ampliarmos as medidas que busquem a erradicação de todas as formas de violência e discriminação contra mulheres e meninas.

Cada um de nossos países tem desenvolvido estratégias nacionais para avançar nessa temática, mas é inegável que a cooperação e a amizade que nos une nos tornam mais fortes. Temos trabalhado em estreita coordenação com o Secretariado da CPLP, a quem agradecemos a parceria em nome de sua Secretária Executiva, Maria do Carmo Trovoadá Silveira. Reconhecemos igualmente o potencial do diálogo multilateral como forma de

progredir na promoção dos direitos de mulheres e meninas, materializado, por exemplo, no Memorando de Entendimento assinado recentemente entre a ONU Mulheres e a CPLP, em Brasília.

Devemos também aperfeiçoar o quadro normativo de nossos países, pois não será possível alcançarmos a igualdade de gênero se não envolvermos o poder legislativo nessas discussões. No âmbito da CPLP, o diálogo com a Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Comunidade destaca-se como forma de promover e garantir a igualdade de oportunidades e direitos entre mulheres e homens.

A fim de que possamos conhecer a realidade vivenciada por essas mulheres e meninas e desenvolver políticas eficazes, precisamos, acima de tudo, fortalecer a coleta de dados desagregados sobre a situação de mulheres e meninas rurais. Para isso, é fundamental também identificarmos fontes de financiamento e mobilizarmos recursos orçamentários.

Nós, representantes dos países de língua portuguesa, defendemos a plena implementação da Plataforma de Ação de Pequim e a transversalização da igualdade de gênero em toda a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030, tema da presidência de turno brasileira da CPLP, nos dá a oportunidade de desenvolver uma abordagem baseada em direitos humanos e igualdade de gênero, e a articulação no âmbito da CPLP pode ser uma ferramenta essencial para avançar em direção ao empoderamento de todas as mulheres e meninas rurais.

Para continuarmos caminhando em direção a uma sociedade que verdadeiramente promova e proteja os direitos humanos de todas as mulheres e meninas, inclusive no âmbito rural, precisamos conscientizar homens e meninos de seu papel como agentes e beneficiários da igualdade de gênero. Somente dessa forma, buscando o engajamento de todas e todos, com ações de cooperação, conseguiremos alcançar a plena igualdade de gênero até 2030, sem deixar ninguém para trás.